FÓRUM PERMANENTE
das microempresas e empresas de pequeno porte

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

FATORES DE INFLUÊNCIA

Novembro de 2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

DEPARTAMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Ministro de Estado
Miguel Jorge

Secretário-Executivo
Ivan João Guimarães Ramalho

Secretário do Desenvolvimento da Produção
Armando de Mello Meziat

Diretora do Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas
Cândida Maria Cervieri

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO
DEPARTAMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Secretaria Técnica

Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas

Comitês Temáticos

Comitê Temático "Racionalização Legal e Burocrática"

Coordenador da Iniciativa Privada: José Tarcísio da Silva – Confederação Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas do Comércio e Serviços (CONEMPEC)

Comitê Temático "Formação e Capacitação Empreendedora"

Coordenador de Governo: Antônio Almerico Biondi Lima - MTE
Coordenador da Iniciativa Privada: José Antonio Cipolla – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

Comitê Temático "Investimento e Financiamento"

Coordenador de Governo: William Saab - BNDES
Coordenador da Iniciativa Privada: Reginaldo Galvão Cavalcanti – Federação das Micro e Pequenas Empresa do Estado da Paraíba (FEMIPE)

Comitê Temático "Tecnologia e Inovação"

Coordenador de Governo: João Bosco de Carvalho Lima Freitas - MCT
Coordenador da Iniciativa Privada: José Augustinho Fogliatto – Federação das Micro e Pequenas Empresas de Goiás (FEMPEG)

Comitê Temático "Comércio Exterior e Integração Internacional"

Coordenador de Governo: Aloísio Tupinambá Gomes Neto – CAMEX/MDIC
Coordenador da Iniciativa Privada: Alfredo Mantovani - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

Comitê Temático "Informação"

Coordenador de Governo: José Rincon Ferreira – STI/MDIC
Coordenador da Iniciativa Privada: Moacir Vidal – Federação das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado da Bahia (FEMICRO/BA)

Sumário

1. Apresentação 07

2. Introdução.....09

3. Características das ME e EPP 11

4. Fatores que dificultam o acesso das ME e EPPs a recursos para desenvolvimento tecnológico e inovação.....12

5. Fatores que dificultam o acesso aos editais produzidos no âmbito de instituições públicas 13

6. Questões que dificultam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas ME e EPPs.....16

7. A construção de ambiente favorável 18

8. Recomendações para as instituições de apoio às ME e EPPs 21

9. Comitê Temático “Tecnologia e Inovação” 23

1. **Apresentação**

O presente trabalho, produzido no âmbito do **Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, pelo Comitê de Tecnologia e Inovação, tem como finalidade precípua contribuir para um melhor conhecimento das principais características desse segmento de empresas e dos fatores que influenciam seu desenvolvimento tecnológico e sua capacidade de inovação.

A intenção foi a de produzir um documento fundamentado na experiência do dia a dia dos participantes do Comitê de Tecnologia, que possa ser difundido, dentre outros, para os seguintes públicos: formuladores de políticas públicas, instituições públicas e privadas atuantes na área, agentes financeiros, órgãos de apoio empresarial, entidades representativas do segmento das empresas de pequeno porte e para empresários em geral.

O que se espera é uma compreensão mais consistente das peculiaridades e fragilidades das microempresas e empresas de pequeno porte, por parte dos diversos atores envolvidos nos campos do desenvolvimento tecnológico e da inovação, possibilitando a construção de políticas, programas e ações mais condizentes com as reais necessidades dessas empresas.

O documento, construído a partir das diversas contribuições dos membros do Comitê de Tecnologia e Inovação, está estruturado em 5 questões fundamentais: as características das MPE, a obtenção de recursos financeiros, os fatores que dificultam o desenvolvimento tecnológico e a inovação, a construção de ambiente favorável e as instituições de apoio.

Finalmente, espera-se que as informações contidas no documento sejam capazes de estimular a todos aqueles que têm como missão institucional promover o desenvolvimento das ME e EPPs, de modo a viabilizar um ambiente favorável ao fortalecimento desse importante segmento.

2. Introdução

Em que pese a importância das ME e EPPs no processo de geração de emprego e na descentralização do desenvolvimento, constituindo-se numa relevante fonte de renda, sua fragilidade, caracterizada pelas suas altas taxas de mortalidade, tem sido um fator de grande preocupação para àqueles que operam no setor, sejam como empresários/empreendedores, instituições patronais, governos, instituições de apoio etc.

Os impactos sócio-econômicos representados pala mortalidade das ME e EPPs são bastante expressivos. Estudo do SEBRAE, “Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil” indica que a extinção de 772.679 empresas, com até quatro anos da data de sua constituição, resultaram na perda de ocupação para 2,4 milhões de pessoas. Na mesma linha, o trabalho aponta para uma perda de R$19,8 bilhões das inversões na atividade econômica, oriundos das empresas encerradas, com até 4 anos de constituição, considerando os anos de 2000 a 2002.

O estudo do SEBRAE também destaca como um dos fatores de sucesso, segundo a logística operacional, o acesso a novas tecnologias. Nesse sentido, a questão tecnológica foi apontada por 17% dos empresários participantes da pesquisa que fundamentou o trabalho.

Estes elementos ajudam a revelar a importância de se compreender melhor as ME e EPPs, suas características, necessidades, dificuldades e fragilidades, justificando os esforços consistentes e focados na questão do desenvolvimento tecnológico e na inovação.

3. Características das ME e EPP

As microempresas e empresas de pequeno porte têm características específicas que as distinguem de organizações maiores. Conhecer e compreender tais características é fundamental para oferecer a elas o apoio adequado, a partir da formulação de políticas, programas e ações que efetivamente estejam direcionadas ao segmento. De maneira a estabelecer um perfil aproximado dessas empresas são apresentadas a seguir algumas dessas características:

- Reduzido nível de organização contábil, gerencial, estrutural;
- As demandas quase sempre vêm de uma idéia, ou de uma necessidade pertinente à empresa.
- As ME e EPPs têm dificuldade de comprovar, por meio de demonstrativos contábeis ou técnicos, suas necessidades e aptidões;
- Capital social reduzido;
- Pouca capacidade de desenvolver parcerias com os técnicos e acadêmicos;
- Ausência de: recursos humanos qualificados para elaboração de propostas que atendam às exigências técnicas e legais dos instrumentos de apoio disponibilizados por instituições; de mão-de-obra qualificada para gestão, monitoramento, avaliação finalização (prestação de contas) de projetos; infra-estrutura básica para atendimento à demanda dos instrumentos de apoio (insumos, equipamentos, material de expediente, etc);
- As ME e EPPs não têm facilidade de estabelecer parcerias que garantam o cumprimento das exigências estabelecidas nos instrumentos de contrato.
- Suas necessidades são de níveis mais elementares (inovações incrementais e não radicais);
- O retorno aos pleitos das ME e EPPs é moroso, e não corresponde à urgência que elas têm de soluções;
- A característica básica das ME e EPPs é a falta de estrutura na empresa, falta de visão e ausência de conhecimento técnico. Geralmente o empresário é responsável por todas as áreas da empresa;
- Seus recursos humanos não são suficientes nem apropriados para as atividades de P&D;

- Falta de entendimento das empresas sobre a importância da inovação, não reconhecendo este processo como elemento alimentador da longevidade dos seus negócios. Falta de cultura;

- As ME e EPPs normalmente focam ações que geram resultados operacionais de curto prazo;

- Desconhecimento destas empresas sobre as questões tecnológicas que envolvem as suas áreas de atuação e sua importância para o seu desenvolvimento;

- Nível de faturamento baixo;

- Questões relativas à qualidade; design, tecnologia, RH e infra-estrutura;

- As ME e EPPs são mais fragilizadas no tocante a incentivos fiscais/tributários. Há necessidade de políticas específicas para estimular a inovação;

- Capacidade de gerar postos de trabalho; e

- Capacidade de resposta (agilidade).

4. Fatores que dificultam o acesso das ME e EPPs a recursos para desenvolvimento tecnológico e inovação

- Excesso de burocracia;

- Dificuldades no acesso a informações sobre recursos disponíveis para o fomento à tecnologia e inovação;

- Ausência de integração com instituições de pesquisa, centros tecnológicos e universidades;

- Falta de propostas elaboradas por instituições de pesquisa, centros tecnológicos e universidades que atendam às necessidades das ME e EPPs, dificultando o acesso aos instrumentos. Na verdade, as instituições de pesquisa parecem desconhecer as reais necessidades das empresas;

- Ausência de assessoramento técnico/jurídico para orientar o cumprimento da legislação ambiental, no que diz respeito às comunidades do entorno dos empreendimentos industriais e ONGs, visto que estes aspectos fazem parte das exigências dos bancos particulares e oficiais para financiamento de projetos;

- Dificuldade do acesso a informações tecnológicas;

- Dificuldade no entendimento e de preenchimento de formulários;

- Exigência de titulação para apresentação da proposta que, de certa forma, representa uma forma sutil de eliminar os consideradaos “menos capazes”;

- Editais focados em determinadas condições (APL, etc.) que resultam em exclusão da maior parte das ME e EPPs;

- Distanciamento dos objetivos estabelecidos pelos programas frente às necessidades das ME e EPPs;

- Informalidade das empresas;

- Custo do Capital de Risco (custo da inovação);

- Recursos humanos (baixa capacitação gerencial e tecnológica) das ME e EPPs;

- Empresas isoladas (falta de alianças estratégicas não permitem o estabelecimento de laços de cooperação);

- Tamanho das empresas (tamanho reduzido das empresas faz com que seus proprietários tenham um horizonte de planejamento de curto prazo, ficando presos num círculo vicioso onde a resolução de problemas diários impede a definição de estratégias de longo prazo e de inovação);

- Falta de visão (as empresas podem não ter consciência dos possíveis ganhos de competitividade obtidos pelas inovações. A maioria destas empresas gera ou adota inovações apenas quando elas percebem claramente as oportunidades de negócio ligadas à inovação);

- Falta de informação ao empresário de como recorrer e ter acesso ao crédito – canais de atendimento, orientação na elaboração dos projetos, falta de capacitação técnica, pulverização de entidades de fomento no Brasil, com políticas semelhantes e concorrentes; e

- Forma de obtenção e condições do crédito.

5. Fatores que dificultam o acesso aos editais produzidos no âmbito de instituições públicas:

- Pouca divulgação e esclarecimento junto às ME e EPPs dos aspectos técnicos e legais para apresentação de proposta;

- Falta de recursos humanos qualificados para elaboração de propostas;

- Desconhecimento dos instrumentos disponíveis no mercado de inovação e aperfeiçoamento tecnológico, não havendo a inserção deste no planejamento das ME e EPPs;

- A obrigatoriedade de junção de três ou cinco ME e EPPs para o mesmo projeto é limitante;

- Alguns editais de caráter tecnológico são julgados por consultores "doutores" que tendem a excluir propostas apresentadas em níveis mais simples;

- Os editais são extremamente prolixos, muito precavidos, muita exigência, e com linguajar muito técnico;

- Eles não atingem as empresas e os empreendedores. Só tomam conhecimento os que são da área, os acadêmicos, doutores etc.;

- Nos editais, as exigências não condizem com as características e peculiaridades das ME e EPPs;

- Os valores mínimos de subsídio são muito elevados;

- Os editais são próprios para as médias e grandes empresas, que já possuem uma base para a implantação de P&D, o que não acontece com as ME e EPPs;

- Deve ser proposto algo que seja atrativo para o empresário, considerando quais seriam os benefícios esperados. Pensar em algo que extrapole o ganho tecnológico, ou pelo menos seja percebido desta forma (aumento da produtividade, redução de custos, aumento da lucratividade, redução de refugos, desperdícios e retrabalhos,capacitação para acesso a novos mercados, competitividade em outros mercados, pré-requisitos para outros programas de incentivos tecnológicos, etc.);

- Os prazos para execução dos projetos são em sua maioria curtos, o que dificulta o cumprimento de alguns passos, como: identificação das empresas; discussão e convencimento das empresas, sobre os benefícios do programa; redação conjunta dos projetos – deve haver a participação do empresário para que concretize o seu envolvimento;

- Poucos editais direcionados as ME e EPPs;

- Reduzida oferta de recursos financeiros globais para os programas, principalmente os de extensão tecnológica;

- O programa utilizado para preenchimento do formulário da proposta é igual para todos os editais (gera dificuldade no preenchimento para as ME e EPPs);

- Os editais atendem poucas áreas ou segmentos; e

- Pouco tempo para a formulação da proposta e sua entrega.

Com relação aos editais são apresentadas algumas sugestões voltadas a minimizar a dificuldade de acesso das ME e EPPs:

- Divulgação ampla dos instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação das ME e EPPs;

- Estimular parceria entre instituições de pesquisa, centros tecnológicos e universidades junto às ME e EPPs;

- Inserção no mercado de instrumentos que respeitem as peculiaridades das ME e EPPs e suas regiões (documentação, exigência de recursos humanos qualificados – responsável técnico, etc);

- Simplificar a linguagem contida no instrumento para facilitar o entendimento do conteúdo pelos proponentes;

- Os editais publicados deveriam ser encaminhados à Secretaria Técnica do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e esta divulgá-los junto às entidades representativas. Os Bancos Oficiais também poderiam contribuir com folhetos afixados na entrada das instituições;

- Proporcionar maior quantidade de recursos;

- Mudança na LEI nº 10.973, pois várias entidades executoras, com exceção das universidades que já têm garantida a folha de pagamento de seus funcionários, não conseguem participar dos editais porque não podem custear seus gastos pela disponibilização dos técnicos, pesquisadores, consultores e outros funcionários. As despesas passíveis de apoio custeiam apenas pessoa física ou jurídica que não o executor;

- Apresentar mais editais voltados à modernização de Centros de Tecnologia (Suporte às ME e EPPs);

- Conceder maior tempo para a elaboração da proposta e envio ou repetir os editais a cada quatro meses, distribuindo os recursos ao longo do período de vigência (em geral, um ano);

- Incluir, obrigatoriamente, nos editais que parte seja direcionada para atendimento exclusivo a microempresas e empresas de pequeno porte.

- Focar em setores de ME e EPPs intensivos em conhecimento.

6. Questões que dificultam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas ME e EPPs.

Destacam-se as seguintes:

- Reduzido conhecimento técnico por parte das ME e EPPs;
- Informação: onde e como obter os apoios necessários;
- Baixo nível de investimento em P&D adequado à realidade das ME e EPPs;
- O tempo hábil para a execução do projeto é curto para as ações de pesquisa x desenvolvimento x pagamento x prazo do projeto;
- Baixo apoio à implantação / desenvolvimento de centro / instituição de pesquisa estadual;
- Barreira cultural de empresários da ME e EPPs, com visão de curto prazo;
- Alto custo para desenvolvimento e aquisição de inovações;
- Burocracia ou dificuldade para acessar as linhas de financiamento voltadas para a aquisição de equipamentos;
- Falta de incentivo governamental (tributação excessiva, políticas públicas, linha de crédito);
- Falta de estrutura gerencial;
- Falta de definição dos problemas tecnológicos da ME e EPPs que pedem solução;
- Relutância em recorrer à assistência tecnológica externa (desconfiança, sigilo, autodidatismo);
- Falta de tradição para investir em desenvolvimento tecnológico. Quando necessário, preferem comprar tecnologia pronta e comprovada.
- Falta de capital (A empresa não é, ou é pouco rentável);
- Falta de apoio (Programas Públicos);
- Falta de cultura da inovação de base tecnológica;
- Carência de infra-estrutura física e de pessoal, adequados (RH não qualificado);

- Falta de recursos financeiros para desenvolvimento tecnológico (Capacidade de investimento e incapacidade de contra-partida);

- Desconhecimento de processos de gestão empresarial e tecnológica (capacitação);

- Necessidade de investimento com resultados de curto prazo;

- Maior aproximação dos centros de tecnologias e as ME e EPPs com projetos pró-ativos do tipo Prumo ou Extensão Tecnológica ou Peiex;

- Maior abrangência do Prumo a outros estados e outros setores industriais

- Falta de apoio à provisão de informações técnicas, econômicas e tecnológicas;

- Editais específicos ou convites para ampliar o número de unidades Móveis (UM) do Prumo em estados e setores onde há demanda, obedecendo a metas (ex.: 100 novas UM em dois anos) (confecções, alimentos, cerâmica);

- Criar Prumo-Serviços/Gestão;

- Falta de apoio a serviços de consultoria em inovação, racionalização, tecnologia e gestão;

- Descondicionar o Peiex de atuar apenas em APL;

- Necessidade de modernização dos pólos de Ciência e Tecnologia (Suporte as empresas);

- Editais específicos ou convites para ampliar o Progex objetivando metas (ex.: 2.200 novos exportadores (+20% em três anos)

- Falta capacitação para a gestão inovadora (Capacidade de absorção);

- Inadequada Infra-estrutura de TI (os custos ainda são altos para MPE);

- Ausência de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas microempresas e empresas de pequeno porte industriais, ferramentas destinadas ao controle, monitoramento destinação final, redução, reaproveitamento e reciclagem dos resíduos gerados nos processos industriais;

- Ausência de programas de “Produção Mais Limpa” por meio dos quais se produz mais (produtos) com menos (matérias-primas, insumos e resíduos); e

- Ausência de bancos de resíduos destinados a facilitar a comercialização dos resíduos gerados em processos industriais e que podem ser aproveitados em outros processos.

7. A construção de ambiente favorável

A construção de um ambiente favorável é condição essencial para o florescimento das empresas de menor porte. Nesse sentido, algumas recomendações deveriam ser sempre observadas pelos formuladores de políticas públicas, como:

- Os programas de apoio deveriam ser disponibilizados com maior divulgação, inclusive, por intermédio de parcerias com as entidades empresariais com prioridade para as que representam exclusivamente ME e EPP, por bancos oficiais e privados etc.;

- O órgão que se propõe a apoiar necessita conhecer as características, e adequar suas políticas ao perfil dos possíveis beneficiados;

- Proposição de Leis que favoreçam a redução de carga tributária, desde a fabricação dos produtos a aquisição dos mesmos;

- A busca da ampliação dos programas de microcrédito;

- Incentivo aos programas e projetos desenvolvidos, por meio de incubadoras, CVTs, etc;

- Considerar que subsídio tecnológico é aceito pela OMC, ao contrário de outros subsídios;

- Reconhecer que ME e EPPs não tem base acadêmica, portanto não exigir titulação ou aceitar titulação equivalente em engenharia/experiência profissional;

- Em todo programa/edital exigir levantamento de resultados tangíveis, de acordo com os objetivos do programa/edital;

- Quando viável, dispensar a contrapartida no primeiro atendimento, como estratégia para habituar o empresário a usar os programas de incentivo tecnológico;

- Desburocratizar a metodologia de acesso, execução e controle dos atendimentos;

- Disseminação de Centros de Tecnologia e de Redes de Informação Tecnológica no território nacional;

- Apoio para desenvolvimento e expansão do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT;

- Aumento da oferta de mecanismos de capacitação tecnológica e de acesso a inovações tecnológicas;

- Intensificação das relações de cooperação entre Governo, universidade, instituição, empresa e terceiro setor;

- Melhoria do *design* dos produtos das ME e EPPs, e estímulo à criação de mecanismos adequados;

- Aplicação eficaz dos recursos dos fundos setoriais no segmento das ME e EPPs e fortalecimento das atuais Incubadoras (base tecnológica) de empresas e fomento à criação de novas;

- Complementar os programas, com outros instrumentos que possibilitem investimentos na sua estrutura produtiva (máquinas, equipamentos, ferramentas, etc);

- Da mesma forma que existe uma carência das grandes empresas, de possuir pesquisadores em seus quadros, poderia se pensar em pesquisadores voltados a grupos de empresas (APLs por exemplo) de determinadas cadeias produtivas, para desenvolvimento tecnológico aplicado;

- Projetos de base tecnológica onde os ICTs possam se estruturar para atendimento técnico e tecnológico às empresas;

- Incentivos fiscais para empresas que participam de programas referentes ao seu desenvolvimento tecnológico;

- Deduções no IRPJ para recursos gastos em P&D (como existe para o incentivo à cultura);

- Procurar proporcionar menor custo do capital de risco via, por exemplo PRC – Programa de Risco Compartilhado, pelo qual empresa, órgão de fomento e instituição tecnológica co-executora entram com parcelas de risco cada uma. Este conceito dá mais garantias ao órgão de fomento e permite baixar os juros;

- Apoio a pedido de crédito e de patentes, organização de feiras e eventos;

- Consultorias em inovação, racionalização, tecnologia e gestão;

- Criar/disseminar programas de desenvolvimento tecnológico semelhantes ao ATP (NIST) e Kitech;

- Capacitação técnica e tecnológica;

- Sensibilizar as FAP no sentido de se tronarem mais sensíveis à tecnologia equilibrando uma visão tecnológica com uma visão meramente acadêmica;

- Tratamento diferenciado pelo porte da empresa;

- Tratar diferentes de forma diferente;

- Estimular parcerias;

- Compromisso com desenvolvimento local;

- Dotar as Federações de Micro e Pequenas Empresas Industriais de assessoria técnica/jurídica, para negociar com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), Conselho Regional de Química (CRQ), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), sistemas de licenciamento comunitário para as microempresas e empresas de pequeno porte industriais que utilizem o mesmo processo de fabricação, diminuindo seus custos;

- Promover a definição de protocolos de atuação conjunta com as Secretarias Municipais e Estaduais de Meio Ambiente;

- Programar eventos (mesa redonda, palestras, seminários, oficinas, congressos, simpósios) de interesse específico do segmento das microempresas e empresas de pequeno porte industriais;

- Implantar programas permanentes de educação ambiental para funcionários, comunidades do entorno dos empreendimentos, fornecedores e colaboradores das empresas;

- Orientação aos empresários com relação às exigências dos órgãos ambientais (técnicas e jurídicas), bem como quanto a processo de fiscalização/aplicação de multas e orientação para recursos às instâncias competentes;

- Identificar e intervir junto às Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores em relação às iniciativas legislativas relacionadas ao meio ambiente industrial;

- Apoio na elaboração e implantação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para evitar multas e notificações que podem chegar a valores expressivos, objetivando reduzir custos de produção;

8. Recomendações para as Instituições de apoio às ME e EPP

As instituições de apoio às ME e EPPs, tais como SEBRAE, SENAI, SENAC, Institutos, Universidades etc. têm um papel de grande relevância, buscando proporcionar a sobrevivência e o desenvolvimento desse segmento de empresas. Em vista disso, algumas sugestões são aqui arroladas, no sentido de contribuir para uma orientação mais adequada dessas instituições, no que toca ao atendimento a empresas de pequeno porte:

- Disponibilização de pessoas capacitadas ao relacionamento com as ME e EPPs;
- As Instituições de Apoio à Ciência e Tecnologia (FAP estaduais) reorientarem seus programas para mais apoio à tecnologia e menos à pesquisa científico-acadêmica;
- Fortalecimento e criação de parcerias com as instituições que têm como objetivo o desenvolvimento tecnológico;
- Facilitar o acesso das ME e EPPs às inovações, por meio de consultorias, capacitações, visitas técnicas etc.;
- Divulgação de programas/editais usando a capilaridade de órgãos de ME e EPPs que garantam a chegada das informações às empresas;
- Criar condições favoráveis para atendimentos coletivos;
- Divulgação ampla dos apoios regionais disponíveis nas instituições através das entidades representativas das ME e EPPs;
- Promoção de seminários pelo Sebrae e demais instituições locais no sentido de estimular e motivar à extensão tecnológica incluindo os apoios disponíveis na região;
- Desenvolvimento de programas de formação, que estimulem a capacidade empreendedora das ME e EPPs (SEBRAE / SENAI);
- Projetos que financiem adequações tecnológicas nas empresas, com contrapartida destas (SEBRAE / SENAI);
- Desenvolvimento de pesquisas aplicadas às ME e EPPs, com participação efetiva das empresas (SENAI / Institutos / Universidades/ FAP estaduais);
- Curso de Gestão Tecnológica de curta duração (Universidades / SENAI);
- Promoção de alianças estratégicas tendo em vista o estabelecimento de laços de cooperação que possibilitem às empresas, principalmente as ME e EPPs, um maior acesso a informações e conhecimento;

- Desenvolver com as Federações empresariais programas de cooperação para formação de pessoal técnico especializado, visando facilitar a essas entidades o relacionamento com as empresas e o encaminhamento de suas demandas.

- Respeito às especificidades das ME e EPPs;

- Tratamento diferenciado;

- Simplificação de procedimentos; e

- Pró-atividade.

COMITÊ TEMÁTICO "TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

Associação Brasileira dos SEBRAE/ESTADUAIS - **ABASE**
Associação Goiana da Micro e Pequena Empresa - **AGPE**
Associação Goiana da Micro e Pequena Empresa de Petrolina de Goiás - **AGPE - PETROLINA**
Associação Goiana da Micro e Pequena Empresa de Cidade Ocidental - **AGPE – CIDADE OCIDENTAL**
Associação Goiana da Micro e Pequena Empresa de Paraúna - **AGPE-PARAÚNA**
Associação de Micro e Pequenas Empresas do Oeste do Paraná - **AMIC**
Associação da Micro, Pequena e Média Empresa - **AMIPEME**
Associação das Micro e Pequenas Empresas de Maceió - **AMPEC**
Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - **ANPROTEC**
Associação dos Oficineiros de Pequenas e Micro Indústrias do Gama/DF - **AOPMIG**
Associação das Pequenas e Microempresas de Itabuna - **APEMI**
Associação das Pequenas e Microempresas de Salvador - **APEMISA**
Associação Regional de Pequenas e Médias Empresas Indústrias - **ARPEMEI**
Associação das Microempresas da Ceilândia - **ASMEC**
Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria - **ASSIMPI**
Associação para o Desenvolvimento da Mulher de Manaus - **Banco da Mulher**
BANCO DO BRASIL
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
CAIXA
Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - **CACB**
Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – **CDT/UNB**
Confederação Nacional do Comércio - **CNC**
Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - **CNDL**
Confederação Nacional da Industria - **CNI**
Confederação Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas Industriais - **CONAMPI**
Confederação Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas do Comércio e Serviços - **CONEMPEC**
Comisão de Valores Mobiliários - **CVM**
Federação das Associações de Micro e pequena Empresa do Amazonas - **FAMPEAM**
Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Paraná - **FAMPEPAR**
Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - **FAMPESC**
Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco - **FEAMEPE**
Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - **FECOMÉRCIO-MG**
Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro - **FECOMÉRCIO-RJ**
Federação das Associações das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado da Bahia – **FEMICRO/BA**

Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado da Paraíba - **FEMIPE**
Federação da Micro e Pequena Empresa do Distrito Federal - **FEMPE**
Federação da Micro e Pequena Empresa do Goiás - **FEMPEG**
Federação das Micro e Pequenas Indústrias do Estado do Paraná - **FEMPIPAR**
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - **FIEMG**
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - **FIESP / CIESP**
Financiadora de Estudos e Projetos - **FINEP**
FUNDACENTRO
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - **INMETRO**
Instituto Nacional de Propriedade Industrial - **INPI**
Instituto de Pesquisas Tecnológicas - **IPT**
Associação de Micro e Pequenas Empresas de Maringá e Região - **MICROMAR**
Ministério da Ciência e Tecnologia
Ministério da Integração Nacional
Ministério da Saúde
Ministério das Cidades
Ministério das Comunicações
Ministério de Minas e Energia
Ministério do Meio Ambiente
SEBRAE/AL
SEBRAE/DF
SEBRAE/ES
SEBRAE/MG
SEBRAE/Nacional
SEBRAE/RR
SEBRAE/RS
SEBRAE/SP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - **SENAI**
Sindicato das Microempresas Rurais de Pequeno Porte e Produtores Rurais do Estado de Goiás – **SIMPA/GO**
Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado do Amazonas - **SIMPI/AM**
Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo - **SIMPI/SP**

Sindicato dos Empresários de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo - **SINDIMICRO**
Secretaria de Tecnologia Industrial - **STI/MDIC**
Superintendência da Zonal Franca de Manaus - **SUFRAMA**

Apoio

Universidade de Brasília

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

BRASIL
GOVERNO FEDERAL